

MUITO ALÉM DO MUFTI: LÍDERES E ORGANIZAÇÕES ÁRABES NA PALESTINA SOB CONTROLE BRITÂNICO (1917-1937)¹

Luiz Salgado Neto²

Resumo: Grande parte da historiografia que analisa o movimento político árabe palestino anterior à criação do Estado de Israel tende a centrar suas atenções em um único líder: Hajj Mohammed Amin al-Husseini, o Mufti de Jerusalém, um dos principais atores políticos que lutaram contra o sionismo no período em que a Grã-Bretanha controlou a Palestina, entre 1917 e 1948. Como Hajj Amin é uma figura polêmica, por ter se associado à Alemanha Nazista em 1941, em muitas análises o movimento político palestino pré-1948 recebe uma avaliação negativa. Por isso, os objetivos do presente artigo são: ampliar o olhar para outros líderes árabes em atuação durante o Mandato da Palestina, demonstrando que ele era um líder dentre outros, e problematizar sua proximidade com os nazistas, ao lançar luz sobre suas relações com a Grã-Bretanha até 1937.

Palavras-chave: Palestina; organizações árabes palestinas; Mufti de Jerusalém; Mandato Britânico; sionismo.

Far beyond the Mufti: Arab leaders and organizations in Palestine under British rule (1917-1937)

Abstract: Most historical analysis about the Palestinian political movement prior to the foundation of the State of Israel tends to focus on only one leader: Hajj Mohammed Amin al-Husseini, the Mufti of Jerusalem, one of the main political actors who fought Zionism in the period in which the Great Britain ruled Palestine, between 1917 and 1948. As Hajj Amin is a polemical figure, because of his association to Nazi Germany in 1941, some works evaluates the Palestinian political movement before 1948 in a negative way. So, the goals of this article are to widen the focus toward other Arab leaders and organizations, demonstrating that he was a leader among others, and promote a debate about his alliance with the Nazis, in light of his relationship toward Great Britain until 1937.

Keywords: Palestine; Palestinian Arab organizations; Mufti of Jerusalem; British Mandate; Zionism.

¹ Os resultados apresentados neste artigo são parte de pesquisa de doutorado, que versa sobre o movimento político árabe palestino entre 1929 e 1937.

² Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF; Doutorando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Endereço: Rua Sales Guimaraes, 74/201, Engenho de Dentro. Rio de Janeiro – RJ. Brasil. E-mail: salgado_net@yahoo.com.br.

Grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre o movimento político palestino anterior à criação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, centra suas análises na atuação de apenas um líder: Hajj Mohammed Amin al-Husseini, amplamente conhecido como o Mufti de Jerusalém. Graças à proeminência política que adquiriu posteriormente, a figura de Hajj Amin se consolidou de tal maneira que, em muitas avaliações, ele é apresentado como a personificação da política palestina durante o período do Mandato Britânico.

Hajj Amin tornou-se uma figura extremamente polêmica devido à sua proximidade com Adolf Hitler durante a Segunda Guerra Mundial, selada após um encontro ocorrido entre ambos em Berlim no ano de 1941. Essa proximidade entre o Mufti e o *Führer* tem gerado desde então a produção de uma enorme quantidade de textos, documentários, imagens e páginas na Internet³ que demonizam Hajj Amin e reduzem todo o movimento político árabe palestino durante o Mandato à sua liderança.

A maioria desse material é de qualidade e confiabilidade duvidosas. No entanto, também encontramos materiais escritos por acadêmicos que seguem essa abordagem, incluindo obras que concluem que o movimento político árabe palestino como um todo era uma versão árabe de nazismo. Há também aqueles que afirmam que a ação política palestina era guiada por uma forma radical de islamismo.

A historiografia que segue essa linha interpretativa é vasta, mas um dos exemplos mais recentes e emblemáticos dessa visão é a obra *Icon of evil: Hitler's Mufti and the rise of radical Islam*, de David G. Dalin e John Rothman (2008). Os autores definem Hajj Amin al-Husseini como o “Mufti de Hitler” e se propõem a analisar a sua aproximação com Hitler em meio à Segunda Guerra Mundial, vendo nesse episódio as “raízes” do extremismo islâmico pós-década de 1970. A obra de Dalin e Rothman recebeu muitas críticas, dentre elas a do historiador israelense Tom Segev (2008), para quem a obra é “mais um [livro] do gênero de surrar-árabes [*Arab-bashing*]”. Segev afirma que o livro possui “pouco valor acadêmico”, por não apresentar evidências historiográficas para as partes mais polêmicas da obra.

Porém, diante da disseminação da figura de Hajj Amin al-Husseini, mesmo estudos bem fundamentados sob o ponto de vista teórico e metodológico possuem a tendência em ver nele o líder incontestado dos árabes palestinos durante o Mandato e/ou

³ Uma busca rápida na Internet com os termos “Mufti de Jerusalém”, “Hajj Amin al-Husseini”, “Hajj Amin al-Husayni” ou “Mufti of Jerusalem” apresenta resultados que demonstram a associação amplamente estabelecida entre o Mufti e Hitler. Como a maioria do público não especializado recorre às buscas na Internet, a associação entre ambos tornou-se lugar comum.

ressaltar seu papel como um apoiador de Hitler. Zvi Elpeleg (1993:1) caracteriza Hajj Amin como o “criador do movimento nacional palestino” [*maker of the Palestinian national movement*], enquanto o historiador Joan Culla (2005: 113) aponta Hajj Amin como “o líder político *natural* do nacionalismo árabe palestino” [grifo meu]. Já Peter Demant afirma que “os palestinos eram liderados nos anos 1930 e 1940 por Hajj Amin al-Husseini, admirador e ativo apoiador de Hitler” (DEMANT, 2006: 84).

Dessa forma, Hajj Amin é tomado como “o” líder árabe palestino e há uma clara tendência em negligenciar outros líderes e outras organizações em atuação na Palestina durante o Mandato Britânico. Assim, o objetivo principal deste artigo é expandir a análise da política árabe palestina para além da figura de Hajj Amin al-Husseini, apresentando as principais organizações ativas entre 1917 (quando a Grã-Bretanha ocupou o território) e 1937 (quando a maioria das organizações políticas árabes palestinas foi desorganizada e seus líderes presos ou exilados). Minha meta foi alargar a perspectiva, apresentando setores sociais e grupos políticos não contemplados de forma detida em outras análises historiográficas. Além disso, busca-se problematizar a proximidade de Hajj Amin com a Alemanha nazista, ao demonstrar que até 1937, ao invés de ser um líder antibritânico, ele cooperava com as autoridades que governavam a Palestina.

O Mandato Britânico e o sionismo

Os britânicos controlaram politicamente a Palestina entre 1917 e 1948. Até a Primeira Guerra Mundial, a região era parte do Império Otomano e o controle político era exercido pelo centro imperial em Istambul, embora houvesse um grau considerável de autonomia local. Durante a guerra, a Grã-Bretanha e o Império Otomano estiveram em lados opostos e em meio aos combates contra os otomanos, tropas britânicas comandadas pelo General Edmund Allenby avançaram pelo território durante o ano de 1917, em uma campanha que terminou com a retirada das forças otomanas da Palestina em 1918.

A Palestina tornou-se um território ocupado e administrado por uma autoridade militar, permanecendo nessa condição até julho de 1920, quando foi estabelecida uma Administração Civil. O controle britânico efetivo recebeu a chancela internacional em 1922, durante a Conferência de San Remo, quando a Liga das Nações concedeu à Grã-Bretanha um Mandato sobre a Palestina. O Mandato entrou em vigor em setembro de

1923 e a Grã-Bretanha tornou-se oficialmente responsável pela administração da Palestina perante a comunidade internacional. O Mandato constituiu-se como o efetivo governo do território e se extinguiu em 15 de maio de 1948, quando as tropas britânicas se retiraram completa e definitivamente da Palestina e quando foi declarada a fundação do Estado de Israel.

Assim, em 1917, uma nova realidade política foi criada na Palestina. O Império Otomano, que governara o território desde 1516, foi suplantado por uma potência europeia. Com a implantação do domínio de um novo império, novos métodos de administração e novas técnicas de controle imperial foram instaurados na Palestina. Com isso, os árabes palestinos tiveram de formular novos modos de agir politicamente, condizentes com sua condição sob uma nova potência imperial.

Contudo, a essa altura, os árabes palestinos já se encontravam engajados contra outro fenômeno político: o sionismo. Fundado oficialmente durante o Primeiro Congresso Sionista, realizado na cidade suíça da Basileia, em 1897, o movimento político sionista tinha como meta criar um “Lar Nacional” para os judeus na Palestina. O sionismo foi uma das respostas às transformações que acometeram as comunidades judaicas europeias ao longo do século XIX, especialmente às ondas de perseguição que ocorreram a partir da década de 1880. O movimento sionista se guiou por uma visão de renascimento nacional judaico na Terra de Israel e possuía como objetivo último erigir uma nova sociedade na Palestina, composta por uma maioria judaica. Desse modo, o projeto sionista se constituiu como uma ameaça política aos árabes da Palestina.

No entanto, a ameaça sionista se tornou mais grave para os árabes palestinos devido à relação dos líderes sionistas com a Grã-Bretanha. Em 2 de novembro de 1917, o Secretário de Estado para Assuntos Exteriores da Grã-Bretanha, Lorde Arthur Balfour, enviou uma carta à Organização Sionista Mundial na qual afirmava que o governo britânico apoiava a criação de um “lar nacional para o povo judeu” [*national home for the Jewish people*] na Palestina. O documento ficou conhecido como “Declaração Balfour” e se tornou um marco político na história da Palestina.

O movimento sionista conseguiu sua mais expressiva vitória quando a Declaração Balfour foi inserida no Mandato da Palestina. Assim, o que era, inicialmente, uma carta de intenções por parte da Grã-Bretanha, tornou-se uma obrigação internacional legitimada pela Liga das Nações. A incorporação da Declaração Balfour ao regime instaurado com o Mandato fez com que a Grã-Bretanha ficasse

comprometida a concretizar o projeto de criar um lar nacional para os judeus na Palestina.

Desde então, o desafio para os árabes palestinos foi lutar contra o projeto sionista levando em consideração que ele possuía o aval da autoridade responsável por governar o território. Desse modo, os árabes palestinos possuíam diante de si um desafio duplo: lutar contra um movimento político antagônico e criar modos de agir em meio a uma nova estrutura institucional criada para administrar a Palestina.

A política dos notáveis na Palestina

Porém, os árabes não agiram seguindo uma voz unívoca. Na verdade, a população árabe que habitava a Palestina nesse período era caracterizada pela sua multiplicidade, com interesses, valores e crenças variadas. A sociedade árabe palestina vinha se complexificando desde as últimas décadas do século XIX, quando se iniciou um rápido processo de urbanização e de transformação econômica, política e administrativa no interior do Império Otomano. Isso ocorreu tanto por meio de processos de modernização empreendidos pelo centro imperial em Istambul, quanto devido à maior penetração capitalista europeia, fenômeno que ocorria em várias partes do Oriente Médio. Diante disso, emergiram na Palestina clivagens sociais e políticas diversas, o que, por sua vez, gerou diferentes respostas aos desafios do movimento sionista e às técnicas de controle britânico.

Primeiramente, os britânicos encontraram uma estrutura política estabelecida e buscaram manter certas práticas de administração estabelecidas pelos otomanos. Em geral, a política entre Istambul e as províncias árabes ocorria por meio de uma política denominada por Albert Hourani (1993) de “política dos notáveis”, uma prática antiga, mas que adquiriu maior relevo a partir de meados do século XVIII. A política dos notáveis era caracterizada por um considerável grau de autonomia local, em que várias atividades políticas e administrativas eram realizadas por atores locais, os “notáveis urbanos”.

Os notáveis eram membros de famílias importantes e tradicionais, que haviam ocupado algum cargo religioso ou administrativo no Estado otomano. Os líderes notáveis desfrutavam de grande legitimidade entre as populações urbanas e rurais das regiões árabes do Oriente Médio, ao mesmo tempo em que eram reconhecidos pelas

autoridades imperiais como os líderes dessas comunidades. Dessa forma, os notáveis desempenhavam o papel de mediadores entre o centro imperial e a população local.

Quando os britânicos assumiram o controle da Palestina, os notáveis continuaram a ser considerados como focos da política local. Sob Mandato Britânico, os notáveis palestinos se enquadraram no que Ronald Robinson (1976) conceituou “elites mediadoras” no contexto do imperialismo europeu dos séculos XIX e XX. Para Robinson, o imperialismo europeu não teria tamanha eficácia sem a mediação de elites locais. Ele argumenta que somente a cooperação entre as elites mediadoras e o centro imperial pode tornar compreensível o fato de poucos agentes serem capazes de manter milhares de pessoas em um regime de controle externo. Sem o apoio de líderes políticos das áreas dominadas, a tarefa de controlar os territórios colonizados seria muito mais dispendiosa, do ponto de vista econômico e político. Desse modo, as autoridades imperiais buscavam estabelecer um diálogo com os líderes da sociedade local, garantindo um controle externo que se fazia menos pelo poder militar do que pelo consentimento. Os notáveis urbanos se constituíram como as elites mediadoras da Palestina diante da Grã-Bretanha e foram eles que assumiram a tarefa de liderar os palestinos nos primeiros anos de controle britânico.

Com efeito, essa era a estratégia imperial britânica adotada não apenas no Mandato da Palestina quanto no Mandato do Iraque (também referido como Mesopotâmia). Os britânicos foram hábeis ao criar um ambiente de cooperação com os líderes políticos árabes palestinos e iraquianos. As técnicas britânicas de controle imperial nas vastas áreas sob seu controle incluíam um estímulo à tradição, à nobreza e às diferenças de níveis entre as populações dominadas. Assim, os britânicos reproduziram na Palestina práticas que utilizavam em outras partes do Império. Aliás, vários oficiais que atuavam na Palestina já haviam servido em outras partes do Império Britânico, como Egito, Sudão e Índia (MATTHEWS, 2006: 27).

Desse modo, tanto na Palestina como no Iraque os britânicos formaram alianças com líderes locais e, assim, evitaram sublevações relevantes que ameaçassem seu controle imperial. Essa atitude diferia da postura dos franceses no Líbano e, principalmente, na Síria. Ao não recorrer inicialmente à política dos notáveis, a França precisou lutar contra a resistência na Síria por mais tempo, tendo que fazer uso da força militar em diversas ocasiões (SLUGLETT, 2004: 115).

Assim, ao assumirem o controle político na Palestina, os britânicos encontraram uma dinâmica política estabelecida e estruturada em torno de algumas famílias

importantes. Após a Primeira Guerra Mundial, as principais famílias de notáveis da Palestina eram as famílias Husseini, Nashashibi, Khalidi, Jarallah, Alami e Dajani, todas baseadas em Jerusalém. Essas famílias desempenharam papel político importante no período otomano e, como Jerusalém havia se tornado o centro da política da Palestina desde as últimas décadas do século XIX e por ter sido escolhida pelos britânicos como a capital do Mandato, foram eles os líderes por meio dos quais os árabes palestinos se relacionavam com as autoridades quando a Grã-Bretanha assumiu o controle político da Palestina (PAPPE, 2004: 73).

Nas primeiras décadas do século XX, as duas famílias de notáveis mais influentes na Palestina eram as famílias Husseini e a Nashashibi. Por isso, os líderes notáveis que mais se destacaram durante o Mandato foram os mais atuantes membros dessas duas famílias: além de Hajj Amin al-Husseini, Musa Kazim al-Husseini e Raghib Bey Nashashibi. Eles fundaram e/ou lideraram as mais ativas organizações formadas pelos notáveis.

Os Husseinis e os Nashashibis eram arquirrivais. De acordo com Hourani (1993: 87-88), uma das características da política dos notáveis é a tendência das famílias se agregarem em duas ou mais coalizões. As famílias líderes disputavam cargos e outros benefícios políticos e sociais junto às autoridades e os distribuíam entre seus aliados. Em geral, havia uma aguda inimizade entre as famílias líderes das diferentes coalizões. Evidentemente, as autoridades imperiais (otomanas e britânicas) faziam uso dessas clivagens políticas, que impediam que os líderes locais se unissem em um front comum e ameaçassem o domínio imperial.

Ao longo do Mandato, as famílias Husseini e Nashashibi lideraram as duas principais coalizões familiares e formaram organizações para institucionalizar suas coalizões. As disputas entre Husseinis e Nashashibis tiveram um significativo efeito na luta política palestina. Sua importância é tão considerável para entendermos o movimento político palestino no período do Mandato que alguns historiadores, como Manuel Hassassian (1990: 37), consideram a história política palestina desse período como a história da rivalidade entre os Husseinis e os Nashashibis.

Desse modo, as primeiras organizações criadas pelos árabes palestinos foram associações formadas pelos notáveis e que contavam com a participação ativa dos Husseinis e dos Nashashibis.

As primeiras organizações políticas na Palestina sob domínio britânico

Uma das primeiras formas organizacionais estabelecidas pelos árabes palestinos após a ocupação britânica foram as Associações Islâmico-Cristãs – AIC [*jamyya al-islamyya al-massihyya*], fundadas em 1918 com o objetivo de unificar muçulmanos e cristãos na luta contra o projeto sionista. Em 1919, as AICs já possuíam cerca de 3.000 membros e apoiadores por toda a Palestina. As primeiras AICs foram fundadas em Jaffa e Jerusalém e, nos anos seguintes, ramos da organização foram criados em outras partes da Palestina, como em Gaza (1920) e Nazaré (1922). Mesmo em Nablus, onde havia uma pequena comunidade cristã, uma AIC existiu entre 1919 e 1931. As Associações eram dominadas pelas lideranças tradicionais das famílias de notáveis e pelos comerciantes das principais cidades palestinas. Na verdade, as Associações Islâmico-Cristãs foram uma nova institucionalidade para a política dos notáveis (AYYAD, 1999: 95; HASSASSIAN, 1990: 32; KAYYALI, 1978: 29; KRÄMER, 2008: 204-205).

Inicialmente, as Associações Islâmico-Cristãs não desempenharam um papel relevante na luta antissionista. As organizações mais ativas no período eram o Clube Árabe e o Fórum Literário, que também possuíam em seus quadros cristãos e muçulmanos, embora seus membros fossem de gerações mais jovens que as AICs. Assim como as AICs, a maioria dos integrantes era formada por membros das grandes famílias de notáveis palestinos (KRÄMER, 2008: 205).

O Clube Árabe [*an-nadi al-araby*] foi criado em junho de 1918, em Jerusalém, por Hajj Amin al-Husseini, Kamil al-Husseini e outros jovens líderes de Jerusalém. Seu objetivo declarado era agir para estimular o renascimento do idioma e da literatura árabes. O Clube foi criado a partir de organizações anteriores em atuação em Damasco, Aleppo, Jerusalém e Nablus (KAYYALI, 1978: 33; KRÄMER, 2008: 205). Já o Fórum Literário [*al-muntada al-araby*] foi fundado em 1909 em Istambul, mas reativado em Jerusalém em 1918-19 com a participação proeminente da família Nashashibi (KRÄMER, 2008: 205).

Apesar de expressarem tons nacionalistas e de ampliarem a participação para setores de classe média e estudantes, esses clubes eram expressões da política dos notáveis, já que foram criados para representar as duas principais coalizões de notáveis de Jerusalém. O Clube Árabe era dominado pelos Husseinis e o Fórum Literário era controlado pelos Nashashibis. Outros notáveis e intelectuais optavam por uma das organizações, mas em geral, os notáveis participavam de ambos, enquanto os Husseinis e os Nashashibis disputavam suas lealdades (PAPPE, 2004: 82).

A partir de 1919, por meio das AICs, os notáveis iniciaram uma prática de reunir congressos políticos mais amplos. Ao todo, ocorreram sete Congressos Palestinos, entre 1919 e 1928. Uma importante medida organizativa foi tomada durante o Terceiro Congresso, reunido entre 13 e 19 de dezembro de 1920, quando os participantes elegeram o *Comitê Executivo Árabe* [*al-lajna at-tinfidzya al-arabyya*], para unificar as diferentes lideranças em torno do combate ao sionismo.

Também conhecido apenas como “Executivo Árabe”, o Comitê reunia em seu interior as principais famílias e os mais destacados líderes notáveis na Palestina. Além de notáveis urbanos, a organização era composta por proprietários de terras, comerciantes e apenas uma minoria de intelectuais de classe média. O Executivo Árabe foi presidido, desde a fundação até 1934, por Musa Kazim al-Husseini. Com a morte de Musa Kazim, em março de 1934, a organização perdeu muito de sua capacidade de agir politicamente e foi oficialmente extinta em agosto do mesmo ano (AYYAD, 1999: 88-89; KAYYALI, 1978: 59; KRÄMER, 2008: 214; PENKOWER, 2014: 120).

O Executivo Árabe sofria de graves problemas internos, já que além de não contar com uma estrutura bem organizada, tornou-se uma arena de disputa entre os notáveis. Embora seu objetivo principal fosse unificar as coalizões familiares, superando as divisões entre os notáveis, o Comitê era marcado pela rivalidade entre os Husseinis e os Nashashibis (MATTHEWS, 2006: 44; CLEVELAND e BUNTON, 2009: 248-249).

A despeito disso, o Executivo Árabe foi a mais importante organização árabe palestina desde a entrada da Grã-Bretanha na Palestina até o início da década de 1930. Apesar da meta de unificar os notáveis tenha se mostrado bastante difícil ao longo de sua existência, o Executivo Árabe fazia com que, nominalmente, existisse uma organização única para liderar os árabes palestinos na luta antissionista. Ao longo desse período, o Executivo Árabe se tornou, aos olhos do governo mandatário, a liderança política palestina (HASSASSIAN, 1990: 34; PAPPE, 2010: 225).

Diante disso, nesse período, era Musa Kazim al-Husseini, Presidente do Executivo Árabe, que era visto como o principal líder palestino, tanto pelas autoridades britânicas, quanto pela população em geral. Até sua morte ele participou de todos os eventos políticos de peso, participou de delegações enviadas a Londres para defender os direitos dos palestinos e possuía grande legitimidade entre a população. Assim, até o início da década de 1930, o Mufti não era tomado como o principal líder político palestino.

Porém, ao longo da década de 1920, a influência de Hajj Amin crescia e seu poder de agir foi se avolumando. Durante esses anos, ele passou a ser conhecido não só por toda a Palestina, como também nas regiões árabes vizinhas e em sociedades muçulmanas de fora do Oriente Médio, como na Índia. Entre 1921 e 1934, ele trabalhou para se tornar o sucessor de Musa Kazim como líder palestino.

Hajj Amin e as autoridades britânicas

Entretanto, antes de tudo, é importante ressaltar que Hajj Amin alcançou a posição política de destaque na Palestina graças à Grã-Bretanha. Quando as tropas britânicas ocuparam Jerusalém em dezembro de 1917, ele já possuía certa ascendência social, mas não era um grande líder entre os árabes palestinos. Os principais membros da família Husseini nesse período eram seus primos Musa Kazim e Kamil. No entanto, Hajj Amin conseguiu se firmar como um poderoso líder político ao ser indicado pelas autoridades britânicas para ocupar dois importantes postos que, embora fossem religiosos, possuíam grande relevância política: Mufti⁴ de Jerusalém e Presidente do Supremo Conselho Muçulmano.

Mohammed Amin al-Husseini nasceu no final do século XIX (em 1895 ou 1896), estudou em escolas otomanas e frequentou a Universidade Al-Azhar, no Cairo, mas não terminou seus estudos superiores. Após a peregrinação a Meca, em 1913, adicionou o termo “Hajj” ao seu nome. Segundo informações de inteligência britânicas⁵, ele foi oficial no Exército Otomano durante a guerra, servindo em Messina e em Dardanelos. Porém, em 1916 ele já manifestava oposição às políticas de centralização empreendidas pelo Império Otomano e participava de movimentos para obter um maior grau de autonomia para as províncias árabes. Posteriormente, tornou-se um apoiador da revolta árabe e recrutou voluntários para o exército de Faisal Ibn Hussein⁶, que liderava a revolta contra os otomanos (KRÄMER, 2008: 219).

⁴ O Mufti é um religioso sunita com conhecimento comprovado na *Sharia*, a lei islâmica. É um religioso autorizado a emitir uma *fatwa* (pl. *fatawa*), uma opinião emitida com base no Corão, na *Sharia* e na tradição islâmica. A *fatwa* é um aconselhamento, não uma ordem, diferenciando-se, assim, de uma decisão emitida por um *qadi* (juiz), em que há uma coleta de testemunhos e uma decisão que deve ser cumprida (CAMPO, 2009: 233; 487-488).

⁵ Carta de Christopher Eastwood (Secretário Privado do Alto Comissário da Palestina) para o Colonial Office – *Who's who*, de 5 de dezembro de 1933.

⁶ Faisal era filho de Hussein Ibn Ali, sherif de Meca e Emir do Hedjaz, na Península Arábica. Durante a Primeira Guerra Mundial, Hussein se aliou aos britânicos contra os otomanos em troca do apoio da Grã-Bretanha à formação de um Estado árabe independente a ser estabelecido no pós-guerra.

Assim que assumiram o controle da Palestina, os britânicos viram em Hajj Amin um agente relevante para seus interesses. Inicialmente, os britânicos se aproximaram de seu primo, Kamil al-Husseini, que era o Mufti de Jerusalém na ocasião. Porém, em 1921, Kamil faleceu e emergiu a necessidade de substituí-lo com alguém “confiável” e que, algo também importante, fosse da mesma família.

A família Husseini era uma das mais importantes da Palestina nos últimos anos do Império Otomano. Os Husseinis gradualmente adquiriram proeminência em Jerusalém desde que um membro da família ocupou o cargo de *naqib al-asharaf* no início do século XVIII. *Naqib al-asharaf* significa “Líder dos Descendentes do Profeta”, ou seja, o ocupante do cargo lidera as famílias que têm ascendência na família do Profeta Mohammed. O sobrenome “Husseini” vem de Hussein, neto do Profeta, o que conferia aos membros da família um enorme capital simbólico. Logo, ser um Husseini indicava que seu portador era um descendente direto de Mohammed por meio de seu neto. Porém, os Husseinis também foram hábeis em se mostrarem valiosos politicamente para as autoridades otomanas e no final do século XIX a família Husseini já era considerada uma das mais importantes da Palestina. Com isso, a tradição otomana era indicar membros da família Husseini para alguns dos mais importantes cargos em Jerusalém (KRÄMER, 2008: 218; PAPPE, 2010: 25-26).

Assim, os Husseinis foram tomados pelos britânicos como ativos estratégicos na sua administração imperial. Em primeiro lugar, as autoridades britânicas buscaram manter a tradição otomana para evitar problemas e os Husseinis eram uma família estabelecida. Além disso, os britânicos perceberam a possibilidade de ter ao seu lado uma das famílias mais influentes da Palestina. Diante disso, em 1918, os britânicos indicaram Musa Kazim para prefeito de Jerusalém e mantiveram uma relação muito próxima com Kamil. Com a morte de Kamil, Hajj Amin foi visto pelos britânicos como alguém adequado para substituí-lo.

O processo de escolha de Hajj Amin para Mufti em 1921 foi tortuoso, para dizer o mínimo. De acordo com a prática otomana, dignitários muçulmanos da Palestina indicavam, por votação, três candidatos para que a autoridade governamental escolhesse um dos nomes. Após a realização da votação em abril de 1921, Hajj Amin ficou em quarto lugar e o mais votado foi Husan ad-Din Jarallah, candidato apoiado pelos Nashashibis. A família Husseini e seus apoiadores deram início a uma onda de petições ao governo e o Alto Comissário Herbert Samuel cancelou o resultado da eleição e indicou Hajj Amin. Ou seja, foi Samuel, oficial britânico que era um dos grandes

apoiadores do sionismo na Grã-Bretanha, que indicou Hajj Amin para um dos cargos islâmicos mais importantes da Palestina (HASSASSIAN, 1990: 43; KUPFERSCHMIDT, 1987: 20; PAPPE, 2010: 212-216).

Portanto, Hajj Amin era um ator político bastante adequado para os britânicos, e em nada se assemelhava ao “Mufti de Hitler” apontado por seus opositores e em algumas avaliações acadêmicas, como as formuladas por Dalin e Rothmann (DALIN e ROTHMAN, 2008: 5).

Ao contrário, nos primeiros anos de controle britânico, os principais oficiais governamentais da Palestina viam Hajj Amin de forma bastante favorável e o tratavam com a reverência de um grande líder religioso, se referindo a ele em documentos oficiais como “Sua Eminência”⁷. Hajj Amin, por sua vez, esforçava-se por se mostrar útil ao governo britânico e como um vetor de moderação na política árabe palestina. Após ser indicado Mufti, ele prometeu aos britânicos “paz em Jerusalém”, isto é, que ele atuaria para impedir a ocorrência de distúrbios na capital do Mandato. Tanto que Herbert Samuel, um ardoroso defensor do sionismo, o considerou um “homem moderado” (MATTAR, 1988: 229-230).

Essa postura também transparece no relato de outro importante ator pró-sionista no governo: Norman Bentwich, judeu sionista que ocupava o cargo de procurador-geral do governo da Palestina. Bentwich relatou que participara de uma reunião com Hajj Amin e o Alto Comissário Herbert Samuel, onde discutiram diversas questões políticas. Relatando a postura de Hajj Amin, Bentwich afirmou que o Mufti manifestara “sincero desejo” em “cooperar com o governo” e que enfatizara “sua crença na boa intenção do governo com relação aos árabes.” Bentwich continuou, afirmando que “ele [Hajj Amin] [dera] garantias de que a influência de sua família e sua própria seria dedicada a manter a tranquilidade em Jerusalém” (*Apud* MATTAR, 1988: 229).

Os britânicos não tardaram a reconhecer sua palavra e seu valor. Com isso, em 1922, Hajj Amin foi indicado a outro importante cargo na Palestina: Presidente do Supremo Conselho Muçulmano. O Supremo Conselho Muçulmano – SCM foi criado em 1921 para lidar com as questões especificamente muçulmanas, sendo o órgão responsável por gerenciar os assuntos islâmicos, administrar as doações religiosas [*awqaf*; sing. *waqf*] e presidir as cortes da lei islâmica [*sharia*]. Como os britânicos

⁷ Despacho secreto do Alto Comissário Arthur Grenfell Wauchope para o Secretário de Estado para as Colônias, 5 de janeiro de 1934. Anexo ao documento *The situation in Palestine: note by the Secretary of State for Dominion Affairs*, de 12 de janeiro de 1934.

queriam passar as questões muçulmanas para os líderes locais, o presidente do Conselho ficou praticamente livre da interferência do governo (MATTHEWS, 2006: 30).

A união dos dois cargos fez com que Hajj Amin se tornasse um dos atores políticos mais influentes da Palestina. Desfrutando dos dois importantes postos, Hajj Amin passou a controlar as cortes e escolas muçulmanas, os *awfaq*, mesquitas e uma receita anual de 50 mil libras palestinas⁸. Além disso, sua posição foi expandida e ele se tornou o “Grande Mufti”, posto mais importante do que outros cargos religiosos. Assim, Hajj Amin se tornou o líder religioso mais importante não só de Jerusalém, mas de toda a Palestina. A partir de então, ele passou a conduzir as orações às sextas-feiras, o que lhe conferiu a capacidade de influenciar os fieis muçulmanos de Jerusalém e de outras áreas (PAPPE, 2010: 223; DENISTY, 2006: 20).

O Supremo Conselho Muçulmano se tornou o centro de seu poder político, onde estavam reunidos seus apoiadores. Por isso, os políticos da coalizão formada em torno de Hajj Amin eram conhecidos como *majlisun* (*majlis* significa “conselho” em árabe), enquanto os membros da coalizão de famílias adversárias passaram a ser chamados de *muaridun* – palavra árabe para “oposicionistas” (HASSASSIAN, 1990: 43).

Como Presidente do SCM, Hajj Amin ficou ainda mais ligado às autoridades mandatárias. Ocupando o cargo, ele se tornou quase um servidor público do governo, já que os tribunais da sharia eram subordinados ao poder judiciário da Palestina. Por isso, seu nome e de mais quatro funcionários estavam presentes na lista de prestadores de serviços civis do governo. O próprio governo mandatário assumiu alguns serviços religiosos, utilizando o SCM como intermediário, como quando financiou o projeto para restaurar a Mesquita Al-Aqsa, terceiro lugar mais sagrado para os muçulmanos, localizado na Cidade Antiga de Jerusalém (MATTHEWS, 2006: 32-33).

Portanto, foram as autoridades britânicas que alçaram Hajj Amin à posição de destaque que ele veio a ter posteriormente. Embora os britânicos não tenham inventado sua liderança, pois a família Husseini já havia adquirido poder e influência desde os tempos otomanos, foram os britânicos que institucionalizaram sua posição de poder em detrimento de seus adversários.

Dessa forma, o governo mandatário o integrou à estratégia de controle imperial na Palestina e, em troca, lhe concedeu uma importante posição de liderança entre os

⁸ A Libra Palestina equivalia à Libra Esterlina. A moeda entrou em circulação em 1928 (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 1949).

árabes da Palestina. Foi graças à atitude conciliatória de Hajj Amin para com as autoridades mandatárias e à sua postura de moderação da política árabe palestina que ele obteve sua posição de poder superando todos os seus opositores. Ou seja, ao invés de um líder antibritânico, Hajj Amin agiu como um notável urbano e se comportava de acordo com a prática estabelecida da política dos notáveis.

Evidentemente, Hajj Amin não era unanimidade entre os árabes palestinos. Mesmo com a expansão de sua influência, seus adversários não se deram por vencidos e os membros da coalizão liderada pelos Nashashibis tentaram enfraquecer Hajj Amin ao longo de todo o período do Mandato. No entanto, o mais sério desafio interno que ele teve de enfrentar foi apresentado por líderes e organizações externos às famílias de notáveis, um segmento político emergente, que ameaçou a hegemonia dos notáveis no movimento político árabe palestino: os “ativistas”.

Na década de 1930, grupos sociais até então sem grande participação na esfera pública adentraram a arena política e começaram a desafiar a legitimidade e a influência dos notáveis. Esse processo estava em andamento desde as primeiras décadas do século XX. Fruto, em grande parte, de uma expansão da educação, da burocracia e do aumento dos empregos urbanos, houve uma crescente politização da sociedade e uma consequente expansão da esfera pública palestina. Diversos indivíduos e grupos começaram a ingressar em debates políticos: estudantes, intelectuais, classes médias, trabalhadores urbanos, mulheres (KAYYALI, 1978: 114; KRÄMER, 2008: 254).

A emergência desses novos setores políticos desequilibrou a forma tradicional de fazer política. Imbuídos de novos valores e novas percepções do processo político, os ativistas defendiam uma atitude menos tolerante com o governo mandatário e uma postura contrária à Grã-Bretanha, que, afinal, estava comprometida a erigir um lar nacional para os judeus na Palestina. Com a entrada dos grupos ativistas no cenário político, os notáveis passaram a ter seu modo de ação questionado e sua liderança desafiada. A entrada definitiva dos grupos ativistas à arena política foi possibilitada pelos desdobramentos de uma grave série de eventos que assolou a Palestina em 1929, os chamados “Distúrbios do Muro das Lamentações”.

Os Distúrbios do Muro das Lamentações e seus desdobramentos

Os distúrbios do Muro das Lamentações representaram um divisor de águas para o movimento político árabe palestino. Os desdobramentos desse episódio criaram as

condições para a consolidação do segmento ativista no movimento político árabe palestino e estabeleceram definitivamente a possibilidade para sua contundente ação de confronto contra as autoridades britânicas, assim como para sua postura desafiadora frente à liderança dos notáveis.

Em 1929, a contenda entre muçulmanos e judeus sobre direitos na área do Muro das Lamentações levou a ataques de árabes contra judeus e a gravidade da situação demandou uma ação por parte das autoridades britânicas. Embora o episódio seja nomeado “Distúrbios no Muro das Lamentações”, a série de atos violentos não se resumiu a Jerusalém, se expandindo para outras áreas em que havia população judaica, especialmente em Hebron.

Os tumultos tiveram origem em uma disputa pela propriedade da área em que se localiza o Muro das Lamentações, no interior da Cidade Antiga de Jerusalém. O muro, chamado pelos judeus de “Muro das Lamentações” ou “Muro Ocidental” é a única parte remanescente do Templo Judaico destruído pelos romanos em 70 E.C. Possui, portanto, enorme importância religiosa e simbólica para os judeus.

Contudo, a estrutura também é importante na tradição islâmica, pois está ligada a dois eventos que conferem enorme simbolismo à cidade de Jerusalém para os muçulmanos – a *isra* e a *mi'raj*. *Isra*, também chamada de “Jornada Noturna”, foi a viagem que Mohammed fez de Meca até a Mesquita Al-Aqsa, enquanto a *mi'raj* foi sua ascensão ao céu, onde encontrou os profetas antecessores e anjos (COHEN, 2011: 2). Segundo a tradição, antes da *mi'raj*, Mohammed atou “Buraq”, seu cavalo alado, ao Muro. Por isso, o Muro é chamado pelos muçulmanos de *Al-Buraq*. Além disso, A estrutura é uma das extremidades do Haram Ash-Sharif⁹ e está localizada em um terreno que naquele período era de propriedade de uma instituição islâmica.

Durante várias décadas, os sionistas tentaram comprar essa propriedade, em um esforço que foi intensificado após a ocupação britânica. Os sionistas pressionavam as autoridades britânicas a desapropriarem o terreno e a permitirem a sua compra pelos sionistas. Os esforços sucessivos dos sionistas para adquirir a área transformaram o Muro das Lamentações de um local religioso a um símbolo nacional, gerando entre os árabes palestinos o temor de perderem o Muro e todo o Haram para os sionistas (SEGEV, 2001: 71).

⁹ *Haram Ash-Sharif* ou “Nobre Santuário” é a Esplanada onde estão localizados importantes prédios islâmicos, dentre eles o Domo da Rocha e a Mesquita Al-Aqsa. Está localizado no local exato onde existia o Templo Judaico – por isso, o local é conhecido pelos judeus como “Monte do Templo”.

Em 1928, a contenda sobre o Muro começou a se agravar, quando sionistas revisionistas¹⁰ passaram a declarar publicamente que lutavam para obter a propriedade da área e, por vezes, realizavam manifestações antibritânicas no local. Os britânicos negavam qualquer tentativa dos sionistas em obter a propriedade, mantendo-se aferrados ao *Status Quo* do Muro das Lamentações – um conjunto de normas de ritual e de presença no Muro estabelecido pelos otomanos em 1911 (KRÄMER, 2008: 227).

No dia 23 de setembro de 1928, véspera do feriado judaico do *Yom Kippur*, uma tela para separar homens e mulheres foi instalada no Muro. O ato foi considerado uma violação do Status Quo por religiosos muçulmanos, que enviaram uma reclamação às autoridades. Como os judeus não cumpriram as ordens de retirar o objeto, policiais britânicos foram enviados no dia seguinte, dia 24, para retirar a tela e houve confronto entre policiais e fieis judeus¹¹.

A situação permaneceu tensa nos meses seguintes, até que no dia 15 de agosto de 1929, uma marcha do grupo Betar, organização da juventude revisionista, protestou contra as medidas do governo restringindo as práticas judaicas no Muro. Eles marchavam nas áreas adjacentes ao Muro conduzindo bandeiras sionistas, cantando o hino sionista (“Hatikvah”), gritando palavras de ordem e portando cartazes que traziam escrito “O Muro é nosso” (KRÄMER, 2008: 230).

A marcha do Betar gerou uma grande inquietação nos árabes. No dia seguinte, houve uma “contra-manifestação”, uma marcha árabe para se contrapor à manifestação dos revisionistas. Daí por diante, a situação só piorou até que a violência explodiu entre os dias 23 e 29 de agosto, quando árabes atacaram e assassinaram judeus em várias partes da Palestina. De Jerusalém, os ataques se espalharam para comunidades judaicas que viviam em outras cidades, como Hebron e Safed, e ocorreram também ataques a assentamentos judaicos rurais em Jerusalém e Jaffa¹².

Um dos casos emblemáticos do clima de violência que acometeu a Palestina ocorreu em Hebron. Depois de ouvirem rumores de que judeus estavam atacando árabes

¹⁰ O sionismo revisionista era liderado por Vladimir Ze'ev Jabotinsky. Nascido em Odessa, na Rússia, em 1890, Jabotinsky afirmava que o movimento sionista era leniente para com a Grã-Bretanha e defendeu um retorno ao sionismo original. Para ele, era necessária uma revisão no movimento sionista, contra o sionismo praticado pela Organização Sionista Mundial. Na década de 1920, ele rompeu com a Organização Sionista Mundial e fundou a Nova Organização Sionista. O revisionismo era caracterizado por uma postura muito mais dura contra os árabes e contra a Grã-Bretanha e foi acusado por seus opositores de orientações fascistas (LAQUEUR, 1972: 338 ss).

¹¹ Comunicado do Governo da Palestina sobre os incidentes no Muro das Lamentações, de 23 de setembro de 1928. Inserido no Memorando *The Western or Wailing Wall in Jerusalem*, de 19 de novembro de 1928.

¹² A Survey of Palestine (1945-1946: 24).

em Jerusalém e que o Haram estava em perigo, grupos de árabes iniciaram uma onda de ataques contra judeus no bairro judeu em Hebron, assassinando e violentando homens, mulheres e crianças e pilhando propriedades de judeus na cidade. Os ataques causaram 64 mortes e a comunidade judaica de Hebron quase deixou de existir. Muitos judeus só conseguiram ser salvos porque foram ajudados por seus vizinhos árabes. Como represália, uma multidão de judeus atacou árabes em Jerusalém, Haifa e em outros lugares (KRÄMER, 2008: 232; KIMMERLING e MIGDAL, 2003: 92).

A atuação dos notáveis durante todo o período dos distúrbios de 1929 foi de moderação, especialmente as ações de Hajj Amin. Logo após o início dos ataques, os notáveis emitiram uma declaração em que pediam à população para manter a calma. A assinatura de Hajj Amin aparecia no documento com destaque, junto às assinaturas de Musa Kazim al-Husseini, Raghib na-Nashashibi e Mustafa al-Khalidi (AYYAD, 1999: 124-125; SEGEV, 2001: 314).

Hajj Amin contou posteriormente que, nos anos em que o Muro esteve no centro da controvérsia entre árabes muçulmanos e judeus sionistas, ele adotou uma postura incisiva contra os britânicos, pois as autoridades mandatárias ajudavam os sionistas em seus desígnios (MATTAR, 1983: 111). No entanto, ao analisarmos suas ações antes e depois dos distúrbios, em nenhum momento ele confrontou as autoridades mandatárias. Ao contrário, ele buscou cooperar com o governo. Durante todo o episódio, Hajj Amin buscou conter a população e quando foi convocado pelo Alto Comissário, ele rapidamente se dirigiu à área do Muro com o objetivo de controlar a população¹³.

Essa atitude amistosa para com as autoridades causava descontentamento entre os ativistas, que consideravam a ação dos notáveis fraca e subserviente aos britânicos. Embora essa percepção já estivesse presente na década de 1920, ela se consolidou no período posterior aos distúrbios de 1929, quando a Grã-Bretanha adotou uma medida que inflamou ainda mais os grupos ativistas.

Recorrendo a uma medida habitual durante o Mandato, os britânicos enviaram duas comissões de investigação para a Palestina, com o objetivo de averiguar as condições que haviam gerado os distúrbios. A primeira delas foi presidida por Sir Walter Shaw, conhecida como “Comissão Shaw”, que, após análise local e entrevistas com os habitantes judeus e árabes, emitiu conclusões extremamente negativas para os sionistas. O relatório alegava que uma nova política para a Palestina deveria ser

¹³ Depoimento do Secretário-Chefe do Governo da Palestina H. C. Luke perante a Comissão Permanente de Mandatos da Liga das Nações, em 4 de junho de 1930 (LEAGUE OF NATIONS, 1930).

delineada e que deveria haver mudanças na base jurídica do Mandato, especialmente quanto à Declaração Balfour.

A segunda comissão foi presidida por Sir John Hope-Simpson, para averiguar as condições agrárias na Palestina. O relatório da Comissão Hope-Simpson levantou dúvidas sobre a prudência de uma grande taxa de imigração judaica, devido à capacidade de absorção dos novos moradores. O relatório concluía que a imigração judaica era a principal razão para o desenraizamento de muitos árabes que se tornavam sem terra e que, por isso, migravam para as grandes cidades, onde viviam em condições precárias.

Com as conclusões dos dois relatórios diante de si, o Secretário de Estado para as Colônias, Lord Passfield, emitiu o que ficou conhecido como *Passfield White Paper*, uma declaração de política britânica que determinava a limitação drástica da imigração judaica e uma restrição de permissões de venda de terras aos judeus. Ou seja, contrariava profundamente os principais fundamentos do projeto sionista. Os líderes notáveis consideravam o Passfield White Paper uma vitória e uma prova das boas intenções britânicas para com os árabes. O Executivo Árabe, pela primeira vez desde o início da ocupação britânica, não convocou uma greve geral no dia 2 de novembro, aniversário da Declaração Balfour (AYYAD, 1999: 129; PORATH, 1977: 31).

No entanto, após imensa pressão sionista em Londres (inclusive com uma atuação incisiva do Presidente da Organização Sionista Mundial, Chaim Weizmann, no Parlamento Britânico), o Primeiro Ministro Ramsay MacDonald decidiu não aplicar o Passfield White Paper. Em uma carta a Weizmann, chamada ironicamente de “*Black Letter*” pelos árabes, MacDonald afirmou que a Grã-Bretanha continuava comprometida com a promessa de Balfour de criar um “lar nacional” para os judeus na Palestina. Isso desagradou profundamente aos árabes, que esperavam uma mudança de postura da Grã-Bretanha, pois, para eles, as conclusões dos estudos da Comissão Shaw e da Comissão Hope-Simpson comprovavam a inadequação do projeto sionista.

Para os grupos ativistas, não havia mais possibilidade de continuar negociando com as autoridades britânicas. Para eles, o primeiro inimigo a ser combatido era o governo instaurado e controlado pela Grã-Bretanha. A partir de então, duas táticas políticas coexistiram entre os árabes palestinos. Enquanto a tática dos notáveis era lutar contra o sionismo se mantendo amistosos para com o governo, os ativistas usaram uma tática de confrontação direta contra as autoridades e, para tal, criaram organizações que se mostraram muito mais combativas que as organizações fundadas pelos notáveis.

O segmento ativista e o embate antigovernamental

Com a consolidação do segmento político ativista, emergiu com força na Palestina uma prática política de confrontação aberta contra os britânicos, e a política dos notáveis foi sendo deslegitimada em nome de uma nova prática política, denominada por autores como Charles Tilly e Sidney Tarrow de “política contenciosa” [*contentious politics*].

Segundo Charles Tilly, a política contenciosa ocorre quando um grupo organizado age frente a um governo (ou a um agente governamental) de acordo com interesses coletivos. Ela “consiste de processos reivindicatórios descontínuos, públicos e coletivos em que uma das partes é o governo” (TILLY, 2003: 9). Ou seja, trata-se de uma ação política coletiva. Contudo, para Sidney Tarrow, a política contenciosa vai além disso. Para ele, “a ação coletiva se torna contenciosa quando é usada por pessoas que não possuem acesso regular a instituições representativas, que agem em nome de novas e inaceitáveis reivindicações e que se comportam de modos que *desafiam fundamentalmente outros atores ou as autoridades*” [grifos meus] (TARROW, 2011: 7).

Assim, a política contenciosa é uma prática coletiva de embate, que pode envolver ações pacíficas ou violentas. Tilly afirma que a violência coletiva politicamente orientada é um dos modos pelos quais a política contenciosa se expressa (TILLY, 2003: 10). Porém, a política contenciosa não pressupõe a violência. Ela pode ser praticada por meio de petições e reivindicações. Porém, tais práticas só são contenciosas quando adotam um tom claro de confronto, em que se forma uma nítida oposição entre governo e governados ou entre distintos atores políticos na mesma sociedade em que o governo é uma terceira parte.

E foi esse processo que foi desencadeado após a *Black Letter*. Grupos que até então não possuíam influência na arena política passaram, cada vez mais, ao centro do debate público e exerceram um papel de relevo nos acontecimentos da década.

Assim, a partir de 1930, começaram a surgir diversas organizações que adotavam uma postura radicalmente diferente dos notáveis. Em seus programas, regulamentos e panfletos, as organizações ativistas defendiam o embate contra as autoridades britânicas e a superação da política dos notáveis. Os ativistas entendiam que o sionismo não era o principal inimigo a ser combatido. Para eles, o problema central dos árabes era o colonialismo britânico e o sionismo era apenas um instrumento nas mãos da Grã-Bretanha.

Além disso, a base da prática política dos ativistas era a não cooperação com o governo. Defendiam então o não pagamento de impostos e, principalmente, afirmavam que os árabes não deveriam ocupar cargos governamentais ou participar de cooperativas e conselhos patrocinados pelas autoridades mandatárias. Com isso, defendiam que todos os árabes palestinos que fizessem parte do governo renunciassem aos seus cargos, o que afetaria diretamente Hajj Amin, que, conforme já mencionado, era detentor de dois importantes cargos na Palestina – Mufti de Jerusalém e Presidente do Supremo Conselho Muçulmano¹⁴.

Os ativistas eram indivíduos de classe média, como professores, jornalistas, advogados, médicos etc., ou de classe alta, mas também havia membros de posses mais modestas. Além disso, havia líderes que eram membros de famílias notáveis que se juntaram aos grupos ativistas, por terem perdido proeminência política, por serem membros não líderes de suas famílias ou por rechaçarem a política dos notáveis. Em geral, os ativistas eram jovens, com idades entre 20 e 40 anos, mas alguns possuíam idades mais elevadas. O que os unia, de fato, era a proposição de uma nova prática política e um objetivo muito bem definido – o fim de qualquer relação de subordinação à Grã-Bretanha.

Podemos dizer que havia uma diferença geográfica entre os dois segmentos políticos. Em geral, os ativistas eram oriundos das cidades de Jaffa, Haifa, Nablus e Gaza e apenas uma pequena minoria possuía suas origens em Jerusalém. Na capital do Mandato, os notáveis ainda exerciam uma forte influência política. Assim, enquanto os notáveis estavam baseados principalmente em Jerusalém, os grupos ativistas agiam predominantemente em Jaffa, Haifa, Gaza ou no chamado triângulo “Nablus-Jenin-Tulqaren”, região montanhosa que criava dificuldades para a imposição da ordem pelos britânicos.

Dentre os líderes ativistas que se sobressaíram durante o Mandato estavam Auni Abdel Hadi, Akram Zuair, Izzat Darwazza, Hamdi Hussein, Ajaj Nuehid e Ibrahim Ash-Shanti, que atuavam no interior ou articulados a diferentes organizações políticas. Foram eles que criaram as organizações ativistas mais importantes e que se tornaram

¹⁴ Descrição do jornal *al-jamyya al-arabyya* sobre o congresso realizado em Jaffa, em 26 de março de 1933. Publicado em 27 e 29 de março de 1933. In: KAYYALI, 1988, doc. 121, p. 320-31.

uma constante fonte de inquietação para as autoridades britânicas, que se referiam a eles como “extremistas”¹⁵.

Na década de 1930, foram criadas várias organizações árabes palestinas voltadas para uma agenda mais combativa e diferentes associações, de mulheres, estudantes, jornalistas, médicos, advogados, passaram a disputar a arena pública com os notáveis. Os notáveis não possuíam mais o monopólio da atuação política e Hajj Amin, embora influente, não tinha condições de controlar todas essas novas organizações (AYYAD, 1999: 134-135; LESCH, 1973: 31).

Um dos setores da população mais ativos nesse período foi a juventude, organizados em associações estudantis, nas Associações de Jovens Muçulmanos e em um grupo de escotismo independente.

A primeira Associação de Jovens Muçulmanos [*jamyya ash-shuban al-muslimin*] foi criada em 1926 no Egito e seu objetivo era disseminar os valores islâmicos e promover a educação entre homens jovens. A AJM era uma resposta à Associação Cristã de Moços, que era entendida por muitos muçulmanos como instrumento colonial britânico ou como vetor de cristianização dos árabes. As primeiras AJMs da Palestina foram fundadas em abril de 1928 com o objetivo de preservar a cultura islâmica na Palestina face à penetração cultural europeia. Os ramos mais ativos eram os de Jaffa, Haifa, Nablus e Gaza (KRÄMER, 2008, p. 256; MATTHEWS, 2006, p. 56-7).

Além disso, grupos estudantis e jovens intelectuais, frustrados com a política dos notáveis, realizaram em 12 de agosto de 1929 um Congresso de Estudantes em Jaffa sob a liderança de jovens ativistas, dentre eles Ibrahim Ash-Shanti. Outro Congresso ocorreu em agosto de 1930 em Acre, no qual foram eleitos comitês executivos, que foram denominados “Sociedades de Jovens Árabes” [*jamyya ash-shuban al-arab*], cujos objetivos eram executar as determinações e resoluções do Congresso Estudantil e supervisionar os grupos de escoteiros. Aliás, os dois Congressos aprovaram resoluções instando a criação de um grupo de escotismo independente, fora da estrutura do escotismo Baden-Powell, patrocinado pelos britânicos (MATTHEWS, 2006, p. 62; AYYAD, 1999, p. 134-6).

Inicialmente, os grupos jovens restringiam suas ações aos campos do esporte, escotismo e arrecadação de fundos. No entanto, em dois Congressos Jovens, em 1931 e

¹⁵ Minutas da reunião de Gabinete ocorrida em 6 de fevereiro de 1935. Anexadas ao Memorando *The situation in Palestine: note by the Secretary of State for Dominion Affairs*, de 10 de janeiro de 1936.

1932, os líderes do movimento buscaram reorientar a característica da organização para que ela adotasse uma postura efetivamente política. Nos anos subsequentes, os grupos jovens ativistas tiveram importante papel político na Palestina (AYYAD, 1999, p. 125).

Por fim, em 1932, jovens intelectuais decidiram criar um partido político. Eles estavam frustrados com a ineficácia do Executivo Árabe, que era dominado pelos notáveis e que ainda adotava um tom conciliatório para com o governo. Assim, foi fundado na Palestina o ramo do *hizb al-istiqlal al-araby* (Partido da Independência Árabe). Amplamente conhecido como “Istiqlal”, o partido foi criado na Síria em 1919 para se contrapor ao domínio francês. Dentre os fundadores do novo partido na Palestina estavam líderes que já haviam se destacado na década de 1920, especialmente Akram Zuaitir, Auni Abdel Hadi, Ajaj Nueihid e Ibrahim Ash-Shanti (AYYAD, 1999: 137-138; MATTHEWS, 2006: 122-123).

O Istiqlal foi a mais importante organização ativista a emergir entre os árabes palestinos. O partido demonstrava uma postura completamente diferente da adotada pelas organizações formadas pelos notáveis. O principal mote do partido era a união de todos os árabes contra o colonialismo. Para os membros do Istiqlal, diferente dos notáveis, o pior inimigo dos árabes não era o sionismo, mas o colonialismo britânico.

A carta de fundação do partido trazia uma condenação ao Mandato e à Declaração Balfour e pregava a independência imediata e a união de todas as terras árabes¹⁶. No entanto, os fundadores do partido também criticavam os notáveis, por agirem segundo “inclinações pessoais”¹⁷. Os membros do Istiqlal afirmavam estar dedicados à defesa do interesse público, “acima de todos os outros interesses”¹⁸, criticando aqueles que se deixavam levar por “práticas políticas locais, pessoais e familiares”¹⁹.

A maioria dos membros do Istiqlal – cerca de 60 – não era proveniente de Jerusalém, mas de cidades como Nablus, Jaffa e Haifa. Além de combater o movimento sionista e o Mandato, o Istiqlal também demonstrava preocupação com a situação dos trabalhadores e camponeses. O partido teve curta duração, mas teve efeitos duradouros e, posteriormente, muitos de seus membros se juntaram a Hajj Amin, quando este rompeu com a Grã-Bretanha (KRÄMER, 2008: 256-7).

¹⁶ Declaração de fundação e programa do Partido da Independência Árabe (*Istiqlal*). Publicado no jornal *al-jamyya al-arabyya* em 4 de agosto de 1932. In: KAYYALI, 1988, doc. 104, p. 261-5.

¹⁷ Ibidem, p. 261.

¹⁸ Ibidem, p. 263

¹⁹ Ibidem, p. 263.

Curioso notar como muitos líderes ativistas eram membros de mais de uma organização. Todos os fundadores do Istiqlal participaram de outras organizações ativistas. Izzat Darwazza foi fundador e o primeiro presidente da AJM de Nablus, Hamdi al-Husseini presidiu a AJM de Gaza, enquanto Ibrahim Ash-Shanti foi líder do Congresso de Estudantes de Jaffa.

Buscando responder a esse novo estado de coisas, os notáveis tentaram se organizar mais efetivamente, criando 5 partidos políticos na década de 1930. Na verdade, o surgimento dos partidos políticos fundados pelos notáveis se deu por mais de uma razão: em termos formais, representou a busca por superar a fragilidade do movimento político após a morte de Musa Kazim e o fim do Executivo Árabe; quanto à esfera política eleitoral, os partidos foram criados diante dos rumores de que o governo iria promover eleições para um Conselho Legislativo a ser criado nesse período; e sob o ponto de vista da política interna árabe palestina, foi uma tentativa de conter os grupos ativistas, que cresciam e que já tinham fundado um partido político, o Istiqlal.

Assim, os notáveis fundaram ou revigoraram os seguintes partidos: o Partido Árabe Palestino – PAP, fundado em 1935 pelos Husseinis e presidido por Jamal al-Husseini; o Partido da Defesa Nacional – PDN, criado em 1923 pelos Nashashibis, mas revigorado em 1935; o Partido do Congresso Jovem, uma tentativa de controlar os grupos jovens e liderado por Yakub al-Ghussein; o Partido da Reforma, cujo principal expoente era o médico Hussein al-Khalidi; e o Bloco Nacional, criado Abdel Latif Salah (MATTHEWS, 2006: 226-227).

Esses partidos eram a expressão partidária da política dos notáveis. À exceção do Istiqlal, todos os partidos criados nesse período seguiam afiliações familiares. Dessa forma, as famílias de notáveis se apropriaram da prática política partidária e fundaram partidos a partir das coalizões familiares já existentes.

Em 1935, os notáveis perceberam a necessidade de unificar a luta e, a despeito das suas rivalidades, os presidentes dos partidos criaram um comitê que reunia os cinco partidos. Conhecido pelos britânicos como “Comitê dos Cinco”, a organização tinha como objetivo criar um front unificado para lidar com as autoridades mandatárias e buscar medidas favoráveis dos britânicos para frear os sucessos políticos do movimento sionista. Ou seja, a política dos notáveis ainda imperava mesmo com uma estrutura organizacional diferente (AYYAD, 1999: 149).

Ao longo da década de 1930, os notáveis tentaram reagir às novas condições fazendo uso das táticas já estabelecidas, enviando petições, memorandos, cartas e

mantendo reuniões com o Alto Comissário. Hajj Amin, por sua vez, buscou, sempre que possível, assumir um papel de moderador das atitudes da população árabe e evitar sublevações instigadas pelos ativistas. Tanto que, em 1934, o Alto Comissário Arthur Grenfell Wauchope avaliou que “o fato, contudo, de que sua [de Hajj Amin] influência está do lado da moderação e é de um valor definitivo; fosse de outra forma, eu considero que distúrbios disseminados seriam inevitáveis.”²⁰.

Assim, nos primeiros anos da década de 1930, Hajj Amin se equilibrava entre seu antissionismo e sua cooperação com o governo. Sua postura de boa-vontade era reconhecida pelo governo, que além de mantê-lo nos dois cargos, ainda contribuía para o bom gerenciamento das instituições em que ele era dominante. Em 1932, diante de uma crise financeira no Supremo Conselho Muçulmano, o Alto Comissário Wauchope, com o aval do Secretário de Estado para as Colônias, concedeu uma ajuda econômica para salvar a instituição e, desse modo, salvou também a influência política de Hajj Amin (PORATH, 1977: 114-116).

Porém, diante da radicalização promovida pelos grupos ativistas, os notáveis se viram obrigados a adotar uma postura mais combativa, mas sempre cuidadosa, buscando não ultrapassar certos limites. Com efeito, os notáveis passaram a estar em uma posição delicada. Eles possuíam laços com um governo que estava comprometido com um movimento político antagônico. Sua situação ficou ainda mais difícil a partir de 1933, quando, em razão da perseguição nazista na Alemanha, as taxas anuais de imigração de judeus para a Palestina foram as maiores desde a ocupação britânica.

Com isso, a insatisfação da população contra o governo cresceu e os notáveis passaram a ver suas ações políticas desafiadas não apenas nas grandes cidades, mas também no meio rural, onde os camponeses estavam vivendo tempos de extremas dificuldades, em grande parte como consequência da compra de terras pelos sionistas. Com isso, emergiram líderes no campo que decidiram usar a luta armada contra o governo. O principal expoente dessa tendência foi Izz ad-Din al-Qassam, um pregador nascido na Síria, que havia participado de organizações antifrancesas e antibritânicas na década de 1920. Ele iniciou uma guerrilha rural em 1933, conseguiu reunir um punhado de seguidores e terminou morto em combate em 1935. Embora seu movimento tenha

²⁰ “*The fact, however, that his influence is on the side of moderation is of definitive value; were it contrariwise, I consider widespread disturbances would be inevitable*”. Despacho secreto do Alto Comissário Arthur Grenfell Wauchope para o Secretário de Estado para as Colônias, 5 de janeiro de 1934. Anexo ao documento *The situation in Palestine: note by the Secretary of State for Dominion Affairs*, de 12 de janeiro de 1934.

sido de curta duração e não tenha conseguido instigar as massas camponesas, após a sua morte ele se tornou um verdadeiro herói da causa antissionista. (MATTHEWS, 2006: 244-7; PAPPE, 2004: 104).

Um dos sinais mais emblemáticos da diferença de postura entre os notáveis e os grupos contenciosos foi o encontro entre Al-Qassam e Hajj Amin ocorrido em 1933. Nessa ocasião, Al-Qassam sugeriu ao Mufti que juntassem esforços para a luta armada contra a Grã-Bretanha. No entanto, Hajj Amin se recusou, respondendo que preferia utilizar meios políticos para resolver o problema (AYYAD, 1999: 141).

Por outro lado, algo importante pode ser tirado da luta e morte de Al-Qassam: a articulação dos novos grupos políticos urbanos com os camponeses e a população pobre das cidades, o que radicalizou definitivamente a política árabe na Palestina. Essa nova orientação chegou ao ápice apenas um ano depois da morte de Al-Qassam, quando eclodiu uma sublevação de grandes proporções e com grandes repercussões para a história da Palestina. Com idas e vindas, o levante ocorreu entre 1936 e 1939 e ficou conhecido como a “Grande Revolta Árabe da Palestina”.

A Grande Revolta e a mudança de posição de Hajj Amin (1936-1937)

A Grande Revolta Árabe foi o verdadeiro momento de decisão para os notáveis da Palestina. A extensão do levante não deixava margens para sutileza políticas. Não havia mais como adotar o papel de mediador, diante da polarização que se abateu sobre o movimento político. O equilíbrio entre cooperação e críticas ao governo se tornou quase impossível. Ou decidia-se manter a proximidade com os britânicos ou decidia-se pelo confronto. Alguns notáveis, especialmente Hajj Amin, escolheram o embate.

A revolta se iniciou do sentimento de injustiça instaurado entre vários segmentos da população, mas também eclodiu com o estímulo de grupos ativistas. Foi o ápice do descontentamento da população com a política do governo mandatário e também uma manifestação da ineficácia dos notáveis em liderar os palestinos contra o sionismo.

Os distúrbios tiveram início em meados de abril e se disseminaram em um círculo vicioso de eventos violentos. Segundo o relatório anual prestado pela Grã-Bretanha à Liga das Nações²¹, no dia 15 de abril, alguns carros foram parados e roubados por árabes na rodovia entre Tulkarem e Nablus. Em um dos roubos, três

²¹ Relatório da Grã-Bretanha ao Conselho da Liga das Nações (LEAGUE OF NATIONS, 1936).

judeus foram forçados a sair do carro e foram baleados. Um morreu na hora e outro morreu posteriormente em razão dos ferimentos. Segundo o relatório, “há poucas dúvidas que as desafortunadas vítimas foram deliberadamente escolhidas porque elas eram judias”.

O relatório continua e conta que, na noite seguinte, dois árabes que viviam em uma tenda perto da estrada entre Kfar Saba e Petah Tiqva foram “deliberadamente baleados por dois homens armados” e que “antes de morrer, uma das vítimas declarou que os responsáveis eram judeus e os descreveu”.

Seguiram-se manifestações e ataques de árabes contra judeus. Por outro lado, em Tel Aviv, judeus atacaram árabes e queimaram um ônibus dirigido por um árabe. Judeus também saquearam lojas árabes. A situação piorou definitivamente no domingo, 19 de abril, quando, segundo o relatório britânico, houve rumores de que dois árabes haviam sido mortos em Tel Aviv. Após isso, árabes começaram a cometer uma “serie de ataques indiscriminados contra judeus” e a violência se generalizou.

Em 19 de abril de 1936, uma greve geral foi convocada por grupos ativistas. A greve durou até outubro e durante todo esse episódio, instalações britânicas também foram atacadas. Na verdade, iniciou-se uma verdadeira rebelião antibritânica e antigovernamental. Segundo o relato britânico, os árabes usavam diversas táticas durante a revolta de 1936:

Incêndio de árvores, apedrejamento e incêndio de ônibus, tiros de franco-atiradores [*snipers*], destruição de vias férreas, corte de linhas telefônicas, ataques de árabes a assentamentos judaicos isolados, emboscadas contra forças policiais e militares britânicas etc. Esses atos continuaram até o fim da greve. Mesmo depois do fim da greve, em 15 de outubro, alguns ataques continuaram a acontecer²².

Durante muito tempo, historiadores tenderam a ver a Grande Revolta como uma eclosão espontânea. Em parte isso é correto, já que não houve um esforço organizado com a intenção de fazer eclodir um levante generalizado. No entanto, o historiador Weldon Matthews demonstra que antes do mês de abril, líderes ativistas, dentre eles Akram Zuaitir, estavam organizando e fazendo campanha para deflagrar uma greve geral (MATTHEWS, 2006: 234). Além disso, ele demonstra que mesmo antes da violência eclodir, Zuaitir e outros ativistas estavam elaborando meios de dar ignição a uma luta armada (MATTHEWS, 2006: 253).

Os notáveis participaram da revolta, mas seu papel foi moderado. Na verdade, eles foram levados pelos acontecimentos. Os notáveis não possuíam nenhum interesse

²² Ibidem.

em dar início a uma revolta naquele momento. Desde o final de 1935, os presidentes dos partidos do Comitê dos Cinco (o Istiqlal, como de praxe, não participava) mantinham reuniões com o Alto Comissário para tratar da criação do Conselho Legislativo, na tentativa de obterem uma posição mais forte que os sionistas na instituição. A revolta, e a posição que foram obrigados a adotar, abortaram esse processo.

A Grande Revolta foi o momento em que os notáveis tiveram de tomar sua mais difícil decisão. Já nos primeiros momentos da escalada de radicalização da política palestina no início da década de 1930, os notáveis foram colocados em uma posição delicada. Como vimos, muitos deles, especialmente Hajj Amin, deviam seus cargos e a continuidade de seu poder social aos britânicos. Seu papel de notável, isto é, de membro da elite mediadora palestina, o inclinava a adotar a luta antissionista sem confrontar as autoridades britânicas. Porém, para manter sua legitimidade como líder, precisou fazer algo em relação à situação cada vez mais precária dos camponeses, que se tornavam sem-terra e estavam sendo deslocados para as periferias das grandes cidades industriais como Jaffa e Haifa. A condição política também se agravava, pois era notório o fortalecimento do sionismo, tanto pelo processo de construção de instituições quase estatais pelos sionistas quanto pela elevação da imigração de judeus. Desse modo, os notáveis passaram a agir de forma ambígua. Por um lado, adotavam um tom mais radical no espaço público. Por outro, não abandonavam a cooperação com o governo.

Quando a greve se iniciou e quando a violência se espalhou, os notáveis ficaram inativos em um primeiro momento e não agiram para formar uma organização unificada com o objetivo de dar um significado político para o que ocorria. A primeira iniciativa nesse sentido veio de líderes ativistas como Rashid Hajj Ibrahim, Mu'in al-Madi, Mohamed at-Tamimi e Hanna Asfoul. O objetivo dos ativistas era capitalizar a revolta e obter uma vitória política sobre os britânicos e sobre os sionistas. Para isso, precisavam integrar os notáveis à luta. Porém, os notáveis hesitavam em aderir à greve e a adotar uma postura antibritânica (AYYAD, 1999: 154).

No entanto, os notáveis não poderiam se abster diante da disseminação do movimento. A greve era amplamente observada e contava com o apoio de grande parte da população, urbana e rural. Os notáveis perceberam que ou eles se engajavam na luta junto aos grupos ativistas ou eles perderiam sua posição de proeminência como liderança política (AYYAD, 1999: 154).

Com isso, os notáveis decidiram formar uma organização para tomar a dianteira da greve geral e se aproximaram dos principais líderes e organizações ativistas. Em 25

de abril de 1936, foi criado o Supremo Comitê Árabe – SCA [*al-lajna al-arabyya al-ulyya*], em que estavam representados os cinco partidos fundados pelos notáveis e o Istiqlal. Considerado o principal líder político na Palestina, Hajj Amin foi escolhido pelos membros para ser o presidente. Ele relutou em aceitar o cargo em um primeiro momento, já que não desejava liderar uma instituição que fazia oposição à Grã-Bretanha. No entanto, pressionado pelas circunstâncias, o Mufti aceitou o posto e a liderança da greve. Ao tomar essa decisão, criou as condições que fizeram romper definitivamente a sua cooperação com os britânicos (AYYAD, 1999: 154-155; MATTAR, 1988: 235; PORATH, 1977: 165-166).

Inicialmente, os notáveis do Supremo Comitê Árabe buscaram orientar o movimento grevista a uma postura mais conciliatória, embora os membros do Istiqlal pressionassem para uma postura mais combativa. Contudo, essa posição se tornou cada vez mais difícil, pois, em meio à radicalização dos primeiros meses de 1936, emergiu um novo vetor de embate político entre os ativistas: os Comitês Nacionais [*al-lajan al-qaumyya*] – CNs.

Fundados em cidades como Nablus, Jaffa e Haifa, os Comitês Nacionais foram criados para organizar o esforço de luta dos palestinos com uma base mais popular. Embora o SCA se apresentasse como órgão representativo de toda a população da Palestina, ele não detinha qualquer poder sobre os novos comitês. Além disso, em maio de 1936, foi estabelecida a Conferência dos Comitês Nacionais em Jaffa, que tinha como objetivo central unificar os diversos CNs que emergiram durante a greve. A Conferência dos Comitês Nacionais se constituiu como um problema para os notáveis, pois se apresentou como uma organização de oposição ao Supremo Comitê Árabe (AYYAD, 1999: 155; AL-HUT, 1979: 87).

Assim, os notáveis, pela primeira vez, não possuíam capacidade para influenciar o curso dos acontecimentos. Embora já estivessem sendo desafiados desde a década de 1920, até a revolta eles ainda conseguiam se manter como o principal segmento político na Palestina. Agora, líderes locais, jovens intelectuais, estudantes, mulheres, trabalhadores urbanos, camponeses tomavam a luta política em suas próprias mãos, deixando os notáveis sem alternativas, a não ser aderir e buscar controlar a luta.

Ao perceberem que sua prática política estava sendo deslegitimada de forma cada vez mais proeminente, os notáveis buscaram adotar uma postura mais combativa. No entanto, os notáveis recorriam a uma abordagem cuidadosa, sempre deixando a porta aberta para a negociação. O princípio básico da tática política dos notáveis era

demonstrar para o governo que somente eles poderiam conter revoltas e que se benefícios políticos não fossem concedidos, eles não teriam condições de cumprir seu papel de moderação. Em geral, eles eram bem sucedidos em conter revoltas, já que sua legitimidade era tão grande entre amplos setores da população, que quando eles solicitavam o retorno à normalidade, eram obedecidos. No entanto, em meio à Grande Revolta, estavam perdendo essa capacidade, ainda mais porque atores árabes externos começaram a ter cada vez mais influência na Palestina.

A greve e a violência só tiveram fim por meio da atuação de diferentes atores: as autoridades britânicas, os reis e emires árabes e os notáveis. Os britânicos adotaram medidas extremamente severas contra os revoltosos. Enquanto isso, os notáveis pediram auxílio para os reis e emires dos países árabes vizinhos para que emitissem apelos para o fim da greve. Com o aval dos líderes árabes externos, a greve terminou e os grupos guerrilheiros no campo obedeceram ao chamado, pondo fim a todos os atos de violência. Assim, os notáveis cumpriram mais uma vez seu papel de mantenedores da paz, embora, enfraquecidos, tivessem que recorrer aos governantes árabes vizinhos para acalmar a população, demonstrando que seu papel de intermediários estava seriamente comprometido.

Por sua vez, os britânicos enxergaram nos governantes árabes os intermediários que buscavam para acalmar a situação na Palestina. Assim, os britânicos se aproximaram da Transjordânia, governada por Abdullah, um Emir hashemita indicado a essa posição pela Grã-Bretanha; o Iraque, que tinha como rei Faisal, também membro da família hashemita, que fora colocado no trono em Bagdá pelos britânicos, após ser expulso da Síria pelos franceses; e a Arábia Saudita era governada pelo rei Abdel Aziz Ibn Saud, um aliado de Londres.

Os reis e emires dos países vizinhos pressionaram os líderes palestinos a emitirem declarações conciliatórias. Assim, em 19 de março de 1937, após retornar para a Palestina vindo de uma viagem a Riad, em que ele se reuniu com rei da Arábia Saudita Abdel Aziz Ibn Saud, Hajj Amin emitiu uma declaração em que condenava a violência que havia sido praticada no ano anterior (AYYAD, 1999: 165).

A ruptura completa entre notáveis e as autoridades britânicas ocorreu no final de 1937. No final do ano de 1936, a Grã-Bretanha, em seu tradicional modo de lidar com as sublevações na Palestina, enviou uma comissão de investigação para apurar as causas da rebelião. A Real Comissão, presidida por Earl Peel (por isso também chamada de “Comissão Peel”), após colher depoimentos de árabes e judeus, concluiu que a única

solução para o problema era a partilha da Palestina. O anúncio do relatório da Comissão Peel em julho de 1937 deu novo ímpeto à revolta.

A partir desse momento, profundamente contrariados com a proposta de partilha, os notáveis se articularam de forma mais contundente com os grupos rebeldes. Hajj Amin passou a adotar uma postura cada vez mais contenciosa, pois a Grã-Bretanha apoiava o plano de partilha da Comissão Peel, que, além de destinar parte da Palestina para os sionistas, previa que a parte árabe seria controlada pela Transjordânia, governada pelo Emir Abdullah, grande rival do Mufti (KAYYALI, 1978: 167-169; MATTHEWS, 2006: 256).

Assim, Hajj Amin concedeu seu capital simbólico para a luta, passando a ser considerado o líder do movimento palestino e visto pelos britânicos como o instigador da revolta. Como resposta, o governo o exonerou de todos os cargos a que ele havia sido indicado, e os britânicos se voltaram definitivamente para os governantes árabes vizinhos em busca da mediação, especialmente Abdullah. Além disso, as autoridades mandatárias decidiram que deveriam afastar Hajj Amin da Palestina e adotaram medidas para prendê-lo, mas no início de agosto ele se escondeu em seu escritório localizado dentro do Haram ash-Sharif e depois fugiu para o Líbano. Outros líderes não conseguiram escapar e foram exilados, em Seicheles ou no Chipre (MATTHEWS, 2006: 256, DENISTY, 2006: 45).

Portanto, Hajj Amin somente mudou sua postura em relação à Grã-Bretanha nos últimos meses de 1937. Até então, ele havia cumprido seu papel de líder notável com afinco, agindo como mediador e como vetor de moderação. Agora, pressionado pelos acontecimentos, passou para outro lado do espectro político. Desde a ruptura, ele se apresentou não mais como um líder notável da Palestina, mas como um líder árabe antibritânico. Para muitos árabes, do Norte da África ao Iraque, que já o conheciam como um importante líder religioso, ele passou a ser “o” grande líder político palestino (DENISTY, 2006: 52).

Assim, curiosamente, após agregar poder político e simbólico graças aos britânicos, ele mobilizou esses mesmos recursos de poder contra os britânicos, tornando-se conhecido e apoiado fora do Oriente Médio, inclusive na Europa, entre os muçulmanos da Bósnia. E foi exatamente graças a essa influência que ele conseguiu se aproximar dos nazistas em 1941, que até então hesitavam muito em se aliar aos árabes, que, afinal, são semitas como os judeus (NICOSIA, 1980: 254).

Considerações finais

Assim, percebe-se claramente que Hajj Amin somente se voltou contra a Grã-Bretanha quando as autoridades britânicas tentaram prendê-lo e quando Londres buscou em Abdullah a mediação que anteriormente era praticada pelos notáveis palestinos. A partir de então, o caminho do embate tornou-se sem volta. Até 1937, Hajj Amin buscou lutar contra o sionismo sem confrontar o governo. No entanto, após a Grande Revolta, essa tática deixou de ser uma opção para a maioria dos líderes notáveis.

Só podemos compreender essa sua mudança de posição ao percebermos que o movimento político árabe palestino era muito mais diversificado do que a liderança de Hajj Amin. Ao lançarmos luz a outras organizações e a outros líderes em atuação durante o Mandato Britânico, percebemos que Hajj Amin somente aderiu a uma posição mais contenciosa pressionado pela radicalização do movimento político árabe palestino, levada a cabo pelos setores ativistas, que empurraram os líderes notáveis para o confronto com o governo. Os ativistas conseguiram estabelecer entre a maioria da população seu mote de que estar contra o sionismo era estar contra a Grã-Bretanha. Assim, os notáveis tiveram de atuar em um ambiente marcado pela insatisfação contra o governo mandatário. Foi apenas assim que, temendo perder sua legitimidade política, Hajj Amin optou pelo embate.

A partir de então, em sua busca por interlocutores árabes confiáveis, a Grã-Bretanha buscou se fiar em outros atores, os governantes dos países árabes vizinhos: Iraque, Arábia Saudita e, principalmente, Transjordânia. Em sua estratégia imperial de conter sublevações árabes, os britânicos decidiram não mais se apoiar nos notáveis palestinos e se voltaram para líderes que tinham sua posição política de uma forma ou de outra atada à Grã-Bretanha, o que tornava os notáveis, Hajj Amin em particular, menos importantes para a administração imperial da Palestina.

Mesmo após a ruptura de 1937, Hajj Amin manteve a porta aberta das negociações. Após se refugiar no Líbano, onde permaneceu sob uma vigilância tênue das autoridades mandatárias francesas, ele buscou liderar a revolta que continuava. Porém, em 1939, houve rumores de que a Grã-Bretanha queria se comunicar com Hajj Amin e ele sugeriu que estaria disposto a negociar. Essa possibilidade somente foi descartada quando Londres decidiu alijar Hajj Amin das negociações que estavam sendo programadas para 1939. Quando foi convocada a Conferência de Londres, em 1939, os britânicos excluíram Hajj Amin da delegação, embora tenham permitido que

alguns de seus apoiadores comparecessem (DENISTRY, 2006: 79-80; p. 147-148; AYYAD, 1999: 174).

Dáí por diante a posição de Hajj Amin se voltou gradualmente para a Alemanha. Em um primeiro momento, ele buscou se aproximar de Mussolini. Somente a partir de 1941 ele viu a oportunidade de se aproximar dos nazistas. Seu objetivo principal era criar dificuldades para os britânicos em meio à Segunda Guerra Mundial, aliando-se a um governo inimigo da Grã-Bretanha, independente do caráter ideológico do governante. Na verdade, ao longo da década de 1930, a maioria dos árabes da Palestina dava as boas vindas a qualquer rival dos britânicos. Enquanto esteve no Líbano, Hajj Amin buscou se aliar às autoridades francesas e jogar a França contra a Grã-Bretanha. Porém, após 1939, em meio à guerra, tendo a França e a Grã-Bretanha se aliado contra o Eixo, Hajj Amin gradualmente se voltou para Berlim e Roma em busca de ajuda (SEGEV, 2001: 411-412; DENISTRY, 2006: 165-169).

Por outro lado, a aproximação com as potências do Eixo não era exclusiva de líderes árabes. Chaim Weizmann se aproximara de Mussolini em diversas ocasiões, solicitando o apoio da Itália ao sionismo. A primeira ocasião ocorreu no início da década de 1920, mas os contatos mais significativos se deram em 1933 e, principalmente em 1934, quando Mussolini manifestou simpatia pelo sionismo e o apoio à criação de um Estado judeu (PENKOWER, 2014: 93).

Portanto, a aproximação de Hajj Amin com a Alemanha nazista deve ser analisada articulando todas essas dinâmicas políticas, inserindo suas ações em um contexto histórico específico e vendo nessa atitude uma ação mais prática do que ideológica. Não se trata aqui de justificar as ações de Hajj Amin, mas compreendê-las diante das opções políticas que se apresentavam naquele momento.

Sobretudo, diante da grande quantidade de organizações em atuação durante o Mandato e pelo fato de Hajj Amin sofrer oposição de diversificados agrupamentos políticos, devemos analisá-lo como um líder dentre outros. Embora influente, desfrutando de recursos de poder acima de seus adversários e investido de uma sólida carga de poder simbólico, ele não pode ser considerado a personificação da política palestina pré-1948.

Documentos

A SURVEY OF PALESTINE: prepared in December 1945 and January 1946 for the information of the Anglo-American Committee of Inquiry. Disponível em: <<http://www.palestineremembered.com/Acre/Books/Story831.html>> Acesso em: 9 mar. 2015.

KAYYALI, Abdel Wahhab (Ed.). *Watha'iq al-Muqawamah al-Filastiniyya didd al-Ihtilal al-Britanyy was-Sahyunnyah*, 1918-1939 (Documentos da Resistência Árabe Palestina contra a Ocupação Britânica e contra o Sionismo, 1918-1939). [em árabe] 2ª edição. Beirut: Institute of Palestine Studies, 1988.

LEAGUE OF NATIONS. Council. *Report by His Majesty's Government in the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to the Council of the League of Nations on the Administration of Palestine and Transjordan for the year 1936*. UNISPAL – United Nations Information System on the Question of Palestine. Mandate 1936.

_____. Permanent Mandates Commission. *Minutes of the Seventeenth (Extraordinary) Session, Held at Geneva from June 3rd to 21st, 1930*. UNISPAL – United Nations Information System on the Question of Palestine. C.355.M.147.

UNITED KINGDOM. Colonial Office. *Who's who*. December 5th, 1933. CO/733/248/22.

_____. Colonial Office. *The Western or Wailing Wall in Jerusalem*: Memorandum by the Secretary of State for the Colonies. November 19th, 1928. Cmd. 3229.

_____. Cabinet. *The situation in Palestine*: note by the Secretary of State for Dominion Affairs. January 12th, 1934. CAB/24/247.

_____. Cabinet. *Palestine, Legislative Council*: memorandum by the Secretary of State for the Colonies. January 10th, 1936. CAB/24/259/002.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. United Nations Conciliation Commission for Palestine. *Note on Currency and Banking in Palestine and Transjordan*. July 18th 1949. UNISPAL – United Nations Information System on the Question of Palestine. A/AC.25/W/17.

Referências bibliográficas

AL-HUT, Bayan Nuweihid. Political elite during the Mandate period. *Journal of Palestinian Studies*, vol. 9, nº 1 (autumn, 1979).

AYYAD, Abdelaziz. *Arab nationalism and the Palestinians, 1850-1939*. Jerusalem: PASSIA, 1999.

CAMPO, Juan. *Encyclopedia of Islam*. New York: Facts on File, 2009.

CLEVELAND, William; BUNTON, Martin. *A history of the modern Middle East*. 4th edition. Boulder: Westview Press, 2009.

COHEN, Hillel. *The rise and fall of Arab Jerusalem: Palestinian politics and the city since 1967*. New York: Routledge, 2011.

CULLA, Joan B. *La tierra más disputada: el sionismo, Israel y el conflicto de Palestina*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

DALIN, David G. e ROTHMAN, John. *Icon of evil: Hitler's Mufti and the Rise of Radical Islam*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2008.

DEMANT, Peter. Com amigos assim, quem precisa de inimigos? Dois neo-realistas reduzem a amizade entre EUA e Israel ao tráfico de influência. *Novos Estudos*, novembro de 2006.

DENISTY, Louis. *Le Grand Mufti et le nationalisme palestinien: Hajj Amin al-Hussayni, la France et la Grande-Bretagne face à la révolte arabe de 1936-1939*. Paris: L'Harmattan, 2006.

ELPELEG, Zvi. *The Grand Mufti: Haj Amin al-Hussaini, Founder of the Palestinian National Movement*. London: Frank Cass, 1993.

HASSASSIAN, Manuel Sarkis. *Palestine: factionalism in the national movement, 1919-1939*. Jerusalem: Passia, 1990.

HOURANI, Albert. Ottoman reform and the Politics of Notables. In: HOURANI, Albert; KHOURY, Philip; WILSON, Mary (ed.). *The modern Middle East*. Los Angeles: University of California Press, 1993.

KAYYALI, Abdul-Wahhab. *Palestine: a modern History*. London: Third World Centre for Research and Publishing, 1978 [online]. Disponível em: <<http://archive.org/details/PalestineAModernHistory>> Acesso em 5 out. 2013.

KIMMERLING, Baruch; MIGDAL, Joel. *The Palestinian People: a History*. Cambridge/London: Harvard University Press, 2003.

KRÄMER, Gudrun. *A History of Palestine: from the Ottoman conquest to the founding of the State of Israel*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

KUPFERSCHMIDT, Uri M. *The Supreme Muslim Council: Islam under the British Mandate for Palestine*. Leiden, New York: E. J. Brill, 1987.

LESCH, Ann Mosely. The Palestine Arab nationalist movement under the Mandate. In: QUANDT, William B.; JABBER, Fuad; LESCH, Ann Mosely (ed.). *The politics of Palestinian nationalism*. Los Angeles: University of California Press 1973.

MATTAR, Philip. The Mufti of Jerusalem and the politics of Palestine. In: *Middle East Journal*, vol. 42, n. 2 (Spring, 1988).

_____. The role of the Mufti in the political struggle over the Western Wall, 1928-29. *Middle Eastern Studies*, Vol. 19, No. 1 (Jan, 1983).

MATTHEWS, Weldon C. *Confronting a Empire, constructing a nation: Arab nationalists and popular politics in Mandate Palestine*. London, New York: I. B. Tauris, 2006.

NICOSIA, Francis. Arab nationalism and National Socialist Germany, 1933-1939: ideological and strategic incompatibility. *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 12, No. 3 (November, 1980).

PAPPE, Ilan. *A History of Modern Palestine: One Land, Two Peoples*. New York: Cambridge University Press, 2004.

_____. *The Rise and Fall of a Palestinian Dynasty: The Husaynis, 1700-1948*. Berkeley: University of California Press, 2010.

PENKOWER, Monty Noam. *Palestine in turmoil: the struggle for sovereignty, 1933-1939*. New York: Touro College Press, 2014.

PORATH, Yehoshua. *The Palestinian Arab national movement, vol. II, 1929-1939: from riots to Rebellion*. London: Frank Cass, 1977.

ROBINSON, Ronald. Non-European foundations of European imperialism: sketch for a theory of collaboration. In: LOUIS, William Roger (ed.). *Imperialism: the Robinson and Gallagher controversies*. New York: New Viewpoints, 1976.

SEGEV, Tom. *One Palestine, complete: Jews and Arabs under the British Mandate*. New York: Owl Books, 2001.

_____. Courting Hitler. *Icon of Devil* book review. *The New York Times*, 26 de setembro de 2008. Disponível em:
<http://www.nytimes.com/2008/09/28/books/review/Segev-t.html?_r=0> Acesso em 9 mar. 2015.

SLUGLETT, Peter. The Mandates: some reflections on the nature of the British presence in Iraq (1914-1932) and the French presence in Syria (1918-1946). In: MÉOUCHY, Nadine; e SLUGLETT, Peter (ed.) *The British and French Mandates in comparative perspectives / Les Mandats Français et Anglais dans une perspective comparative*. Brill : Leiden / Boston , 2004.

TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TILLY, Charles. *The politics of collective violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Data de recebimento: 29/03/2015.

Data de aceite: 26/06/2015.